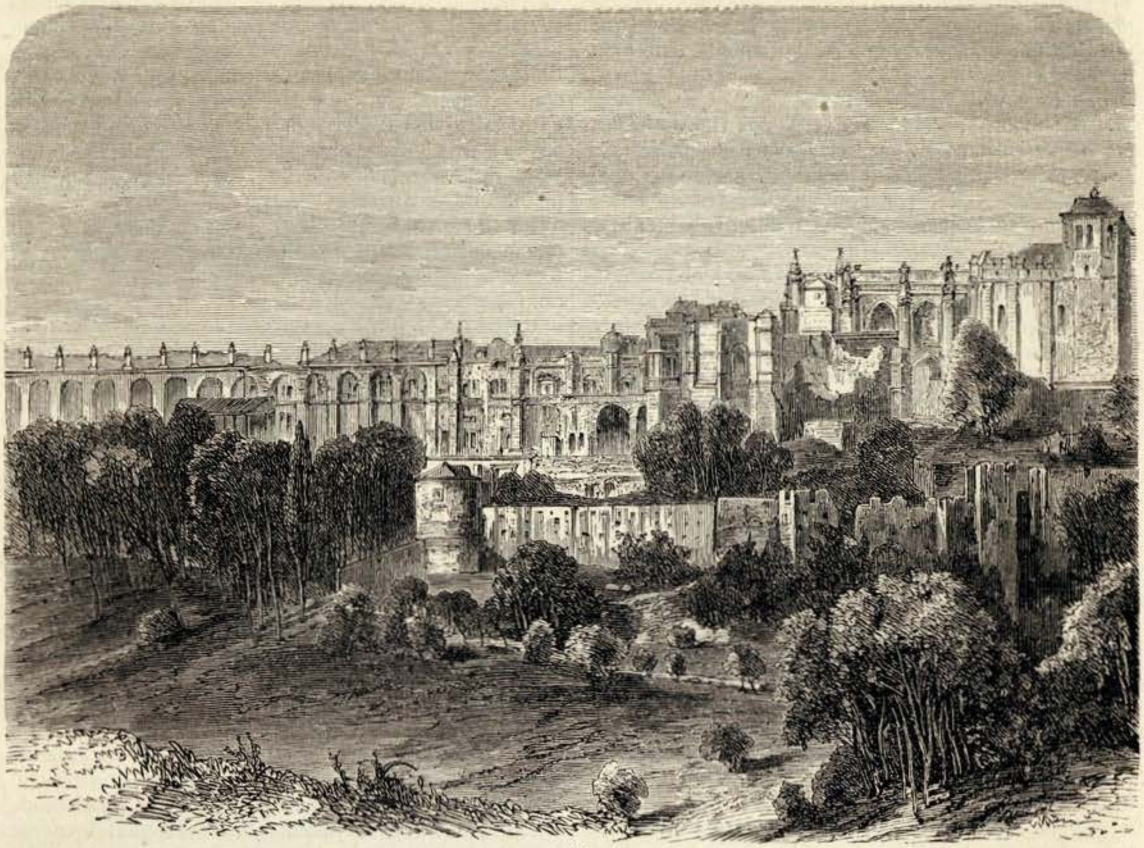


MONUMENTO DE THOMAR

Aqueducto; parte do convento de Christo, que é hoje propriedade do sr. conde de Thomar; casa do capitulo por acabar; corpo da egreja, obra del-rei D. Manuel; antiga egreja dos templarios, e desde o seculo XVI capella-mór da egreja; muros e torres da cêrca exterior do castello dos templarios.

THOMAR

CASTELLO DOS TEMPLARIOS E CONVENTO DA ORDEM MILITAR DE CHRISTO

(Vid. pag. 231)

VIII

INSTITUIÇÃO DA ORDEM DE CAVALLARIA DE NOSSO SENHOR JESUS CHRISTO

Pouco depois de rebentar em França a perseguição contra a ordem do Templo, em todos os paizes catholicos, onde esta ordem existia, instaurou-se processo contra seus cavalleiros por determinação pontificia.

Foi convocado em Salamanca um concilio de todos os bispos de Hespanha e Portugal, a que presidiu o arcebispo de Toledo, D. Gonçalo, para inquirirem da vida e costumes dos templarios da peninsula.

Em quanto funccionava este tribunal ecclesiastico, reconhecendo desde logo el-rei D. Diniz que a ruina da ordem do Templo era irremediavel, pois que á sua perspicacia não escaparam certas circunstancias que lhe revelaram esse successo, que se preparava, como negocio ajustado e resolvido entre Filippe IV de França e o papa Clemente V, no momento, ou talvez antes, da sua elevação ao pontificado, não se limitou a mandar devassar dos usos e costumes dos templarios em todas as terras do reino onde tinham residencia, o que lhe cumpria fazer em observancia da bulla que a este respeito lhe enviára o pontifice. O monarcha portuguez, com a prudencia e bom senso que distinguiram o seu governo, ordenou que ao mesmo tempo que se inquirisse da vida dos templarios, se tirasse uma larga inquirição das jurisdicções da ordem, das proveniencias dos seus bens, e das preeminencias que os reis de Portugal sempre tiveram sobre ella.

El-rei D. Diniz não tinha razões de queixa dos templarios; antes, pelo contrario, estava tão convencido dos bons serviços que o seu reino lhes devia, que por varias vezes, de seu motu proprio, lhes deu provas da estima e munificencia régias. Porém, obedecendo, como bom filho da egreja, ao vigario de Jesus Christo no que tocava aos negocios espirituaes e puramente ecclesiasticos, tratou de se premunir com os documentos necessarios para se oppor, quando se apresentasse a occasião que esperava, ás invasões da curia pontificia nos direitos da coroa portugueza.

O resultado do inquerito foi favoravel o mais possivel aos cavalleiros do Templo portuguezes. Entre tão grande numero de testimunhas chamadas a juizo, nenhuma os accusou de corrupção nos costumes, nem de heresia ou idolatria. Quanto á primeira culpa livrou-os, sem dúvida, de caírem n'ella duas circunstancias especiaes, que não se davam em França, nem em outros paizes do centro da Europa. A guerra sem tregoas em que andaram occupados os portuguezes, e, por conseguinte, os templarios, desde a fundação da monarchia e introducção da ordem n'este reino até á expulsão final dos moiros para além das praias do Algarve, no reinado de D. Affonso III, não era tempo azado para corrupção de costumes. Este virus introduz-se ordinariamente no corpo social, ou em quaesquer congregações de homens, quando o ocio lhes abre

a porta, e não em quanto os cuidados e o trabalho lhes entretem o espirito e lhes dá occupação aos braços. Nos poucos annos que mediaram entre a expulsão dos moiros e a instauração do processo dos templarios em Portugal, a frugalidade e singeleza de vida dos portuguezes, a sua ignorancia completa de todos os habitos, praticas e usos filhos do luxo, obstaram a que os cavalleiros do Templo, apesar das riquezas que possuiam, se deixassem eivar dos vicios e excessos a que se entregaram seus irmãos nos paizes que se achavam em condições economicas, moraes e governamentaes, que, por muito differentes do nosso, favoreciam ou concorriam para o desenvolvimento de taes excessos.

Quanto ás outras culpas de heresia ou idolatria, ninguem se lembrou de accusar os nossos templarios, nem appareceu vestigio algum, antes ou depois da extincção da ordem, que podesse servir de prova da sua complicidade em similhantes delictos. E quem considerar, com maduro exame, na origem da ordem do Templo e nos serviços prestados á religião pelos seus filhos em observancia dos seus estatutos; quem pesar devidamente tudo quanto ha de absurdo e ridiculo na accusação de idolatria, e apreciar os justos motivos que ha de suspeição contra os auctores d'ella, repugnar-lhe-ha acreditar que tivessem incorrido em taes culpas os proprios templarios de França, não obstante a innegavel relaxação dos seus costumes. Duvidará até por fé nas palavras dos escriptores francezes, tanto antigos como modernos, quando tratam de demonstrar a justiça da accusação, apesar de adduzirem como prova esses idolos a que chamam Baphomet, alguns dos quaes se conservam, com effeito, em Paris, como curiosidades archeologicas, e aos quaes pretendem que os templarios prestavam culto e adoração.

Que os taes idolos appareceram, e que alguns foram tirados das proprias casas dos templarios, em França, é fóra de dúvida. Entretanto, propendemos mais para crer que tudo isso fôra obra de Filippe IV e de seu astuto ministro, Enguerrando de Marigny, para com taes provas darem corpo e fundamento á principal accusação contra os cavalleiros, ou, pelo menos, ao capitulo d'ella que mais devia influir no povo para o fazer odiar a ordem do Templo; nos fidalgos para lhes conter os impetos e quebrar as forças com que pretendessem acudir aos cavalleiros, pela maior parte da sua estirpe; e, finalmente, na curia pontificia para não se poder recusar a fulminar os seus raios contra os suppostos sectarios da idolatria.

Tendo-se, pois, concluido a devassa sem que os templarios portuguezes ficassem n'ella culpados, não permittiu el-rei D. Diniz que fossem perseguidos. E quando este soberano, em virtude da extincção da ordem, decretada pelo concilio de Vienna em 1312, se viu obrigado a intimar os cavalleiros para sairem das suas residencias e largarem os habitos de templarios, a todos deu casas em que se agasalhassem, provendo tambem á sua subsistencia.

Em seguida mandou el-rei tomar posse, por conta da corôa, de todas as casas ou templos, castellos, senhorios, e mais bens que haviam pertencido á ordem.

A este tempo já el-rei andava em grande contestação com o papa sobre os bens dos templarios. O pontifice queria dispor a seu bel-prazer d'aquelles que lhe parecesse, encorporando o restante d'elles nos da ordem de cavallaria de S. João de Jerusalem. E era esta ultima applicação a que o citado concilio determinára para a totalidade dos bens dos templarios. El-rei D. Diniz, protestando contra similhante usurpação, e pugnando energicamente pelos direitos da sua corôa, recusava obedecer, n'este ponto, ao papa e ao concilio.

Allegava D. Diniz que a maior parte dos bens da ordem provinham de doações régias, feitas com a condição expressa de se empregarem os seus cavalleiros na defensa do reino contra os moiros e na conquista dos territorios por elles ainda então occupados; e que a outra parte era proveniente de legados que, se não tinham aquella clausula explicita, eram, todavia, dictados pela mesma intenção. Portanto, sendo a ordem extincta, e tendo deixado de existir a intenção, a causa e o motivo pelos quaes aquelles bens se haviam desmembrado da coroa, agora lhe pertenciam por direito de reversão.

Insistia o papa em querer que prevalecesse a tudo a sua auctoridade e os seus pretendidos direitos; e, tentando pôl-os em execução, fez doação do castello de Thomar ao cardeal Bertrando.

Oppoz-se D. Diniz a esta doação, e sustentou a lucta com a curia pontificia ainda por alguns annos, durante os quaes entraram nos cofres do estado todos os rendimentos da extincta ordem do Templo.

Em fim, o illustrado e patriotico soberano portuguez achou um meio de conciliação, que mandou propor ao papa e que por este foi acceite, graças á sabedoria, resolução e firmeza com que D. Diniz soube sustentar a dignidade e direitos da sua corôa, e a honra e interesses da nação.

Propoz D. Diniz que, em reformação da ordem do Templo em seu reino, fosse instituida uma nova milicia de cavalleiros de Jesus Christo, para lidarem tambem, como os da extincta ordem, na defensa da fé, na guerra contra os moiros e no accrescentamento da monarchia portugueza, entregando-se-lhes todos os bens dos templarios. E para cortar quaesquer dúvidas e objecções plausiveis que a curia pontificia poderia oppor, declarava el-rei que para collocar a nova ordem na fronteira do seu reino, o mais perto possivel de terras de infieis, de modo que ficasse perfeitamente habilitada para desempenhar as obrigações do seu instituto, lhe faria doação do castello de Castro Marim, excellente fortaleza situada junto á costa do Algarve, defronte de Africa.

Não havia que impugnar tão justa pretenção. O papa João XXII, que então occupava a cadeira de S. Pedro, expediu a bulla de 14 de março de 1319, que instituia a *ordem de cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo* em Portugal, na fórma proposta por el-rei D. Diniz.

Achava-se este monarcha nos seus paços da Alcaçova, em Santarem, quando chegaram com a referida bulla os procuradores que elle havia mandado ao papa para advogarem a sua justiça e os interesses da nação n'aquella porfiosa demanda.

Cheio de satisfação por ver affim coroados os seus esforços, el-rei D. Diniz celebrou a ceremonia da instituição da ordem com toda a solemnidade em um dia de maio de 1320, na presença de toda a corte e de D. Gil Martins, mestre que então era da ordem militar de S. Bento de Aviz, ao qual logo alli investiu no cargo de 1.º mestre da nova ordem de Christo, conforme vinha determinado na bulla pontificia.

Todas as propriedades, senhorios, jurisdicções e mais bens que tinham pertencido á ordem do Templo foram por el-rei entregues á ordem dos cavalleiros de Jesus Christo, menos os rendimentos que entraram nos cofres da coroa durante os oito annos da contestação del-rei com o papa, que era o tempo que tinha decorrido desde o anno de 1312, em que a ordem do Templo fôra abolida. D'esses rendimentos houve el-rei solemne quitação, dada pelo mencionado mestre D. Gil Martins, na qual se declarava que em compensação d'elles recebia a ordem de Christo a villa de Castro Marim.

Tratou-se immediatamente, e com a maior actividade, da fundação do convento dentro do castello de

Castro Marim, para habitação dos cavalleiros de Christo; e assim que o edificio se achou em circumstancias de lhes dar agasalho, foi a nova milicia alli estabelecer a sua séde.

A maior parte dos cavalleiros templarios foram admittidos e professaram na ordem de Christo, incluindo o seu ultimo mestre, D. Vasco Fernandes, que foi feito commendador de Montalvão e viveu até ao anno de 1323.

Tal foi a origem d'essa famosa cavallaria, que tão longe e com tanta gloria levou o nome de Portugal e a luz do Evangelho; que tão celebre se fez na historia universal dos povos pelos descobrimentos arrojados que effeituou ao aceno do immortal infante D. Henrique, seu administrador e governador.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

LUIZ DE CAMÕES

(Vid. pag. 239)

III

Um critico grave e peremptorio, depois de haver pesado na balança do seu gosto as excellencias e desprimores da poesia épica; depois de haver deitado a sonda ás vagas do espirito humano e medido as profundezas do pelago, traçou com a mão firme dos aristarchos este principio eterno de desconcerto litterario: «Póde confiar no seu engenho e na sua arte, em materia de poema épico, aquelle que affeiçoou as idéas aos preceitos de Aristoteles e de Horacio, e aos moldes de Homero e de Virgilio [1].»

Para o conego regrante de Santa Genoveva, quem não trouxesse na ponta da aza a fita desbotada do classicismo pagão era reconhecidamente um forasteiro poetico, e ficava votado ao supplicio da sua causticidade monachal.

Felizmente, a critica tem caminhado um pouco, e os genios podem entrar na immortalidade sem mostrarem a sua carta, visada nas chancellarias do velho mundo.

Camões apparece quando os elementos accumulados da renascença se desatam e trasbordam: a antiguidade, resuscitada ao sopro de Petrarcha, de Boccaccio, de Bracciolini, de Filelfo e de tantos outros, havia traçado os limites da fórma, da correcção hellenica; o espirito da edade média tinha, comtudo, de seguir o seu curso irresistivel; o materialismo gentilico não podia comprimir o vago espiritual e mysterioso que atravessára e dominára onze seculos.

Secularisára-se o pensamento, as nações estremavam-se, as linguas definiam-se [2]; Dante, estendendo a mão a Virgilio, caminhára por entre os clarões sinistros da allegoria e aquecêra o espirito ao fogo do mysticismo; o seu poema é a synthese da litteratura christã [3], com todas as visões e com todos os delirios da sua epocha. Encetára-se o caminho da moderna civilisação; d'esse consorcio ineffavel do passado com o presente é que havia de sair a pura renascença, o bello Euphormidon, a arte cavalleirosa e ao mesmo tempo melancolica, retemperada ao claro sol homerico. A Italia é a primeira a attingir a maioridade intellectual; do seu lado, a França adianta-se seguindo o trilho aberto por Joinville e Froissart, e depois de haver encontrado em Alain Chartier as fórmas solemnes que hão de ostentar toda a sua magestade em pleno seculo XVII. Em Inglaterra, Chaucer fixára o idioma nacional e arvorára o vexillo poetico.

Estamos, em fim, na quadra da fermentação e da effervescencia. Guttemberg afiança a perpetuidade do livro e João de Bruges a do quadro. Os animos impacientes atiram-se em busca de mundos novos, a elaboração não pára, os espaços estendem-se, a inspiração tem agora por onde voar á soltas; é livre como a consciencia.

Na Hespanha, apesar da influencia que possa attribuir-se a Garcilaso e a Boscan, a poesia conserva sempre o seu caracter eminentemente nacional.

Este cunho patriotico é o que sobreleva nos *Lusiadas*. Camões, sem pôr de lado as fórmas virgilianas, talha por ellas o edificio, para o enriquecer com as joias do seu talento abundante. É d'este apêgo, d'esta adherencia aos modelos classicos, que resulta a fusão contradictoria de dois maravilhosos, de duas intervenções divinas. De uma banda estavam os mestres com as suas crenças do Olympo, da outra estava o sentimento religioso, verdadeiro e estreme; os deuses velhos acenavam á imaginação, o verdadeiro Deus actuava sobre a consciencia. Preparavam-se as tintas ceruleas e maviosas do firmamento christão, e não havia força para tirar da palheta o colorido gentilico, o rosicler da mythologia; invocava-se o Eterno, e havia pena de excluir Apollo. Ao contrario do que a musa travêssa de Parny nos refere no primeiro canto da *Guerra dos deuses*, era Jupiter com a sua cohorte de satellites que se enthronisava a par da figura suave de Christo.

Não queiramos que seja Camões o unico responsavel d'este delicto necessario; corramos os olhos por todas as litteraturas, e encontraremos n'ellas a prova d'esta indecisão invencivel. Quem não conhece o poema *De Partu Virginis*? quem não leu ainda o *Paraiso perdido*? Ahi tendes a mescla do sagrado com o profano, o amalgama de duas religiões differentes [1]. Não seja isto dito para justificação do erro do nosso epico, mas para roborar o que acima avançámos. Se depois d'estes dois contumazes na culpa fosse preciso additar mais nomes, lembrariamos Cervantes, Montemayor, e até pediriamos licença para citar o modestissimo Lebrun [2].

O que são os *Lusiadas*? São a poesia da nação inteira conglobada n'um livro. N'este livro vive a historia e vivem as aspirações de um povo; ha n'elle tudo o que foi e tudo o que é; o passado com as suas glorias sangrentas, e o presente com as suas recordações doloridas e com os seus devaneios cavalleirosos.

Tinhamos corrido

«Por mares nunca d'antes navegados»;

descobriamos sobre as sepulturas dos heroes os loiros, não de todo mirrados, que as espadas de boa tempera haviam colhido em terras de sarracenos e de infieis; tinhamos visto as ondas lamberem submissamente a quilha das nossas caravelas, como os tigres da fabula lambiam os pés do indigete; e o vento trazia o rumor que as nossas bandeiras acordavam, panejando sobre as fortalezas indicas. Saíramos do nosso ninho de fragas para abrir as azas sobre o mundo desconhecido, librára-nos no espaço um sopro de misericordia, e em quanto as grandes nações se embaraçavam em luctas caseiras, e com o ferro em punho discutiam o credo dos partidos, nós faziamos escumar o Oceano, retalhando-o em milhares de direcções, e ensinavamos á Europa o caminho da Asia.

Era este o circulo de idéas em que se debatia o espirito creador do poeta; d'aqui deriva a magestade do canto, o tom varonil das concepções. Sente-se, lendo-o, um perfume salutar e amigo, que conforta e reanima os pulmões não apodrecidos. De outro cabo esfervilhavam os gusanos jesuiticos, e a raça degenerada que se desaffrontára do gorjal e da couraça, para trajar o pelote da corte e a gargantilha roscada; d'aqui

[1] Le Bossu — *Traité du poëme épique*, liv. VI, pag. 646.
[2] Duruy — *Hist. du moyen age*, pag. 558.
[3] Maroncelli — *Addizioni*, etc., pag. 38.

[1] Rollin — *De la manière d'enseigner*, etc., tomo I, pag. 280.
[2] Simonde de Sismondi — *De la litterature*, etc., tomo IV, pag. 340 a 342.

resulta um fumo de descoroçoamento, e uma tristeza que sae mais do intimo da patria que do seio do poeta.

A memoria dos grandes feitos incendia-lhe a mente e afinava-lhe a tuba canora da epopea; o presentimento das desventuras que se condensavam, espremendo a chaga mal curada dos desconfortos proprios, punha-lhe nos labios a melopea chorosa e o queixume da elegia.

São estes os meritos superiores de Camões como poeta épico; á gravidade heroica sabe juntar o enthusiasmo do amor [1]; é terrivel quando accende em fogo o horisonte, quando encastella as nuvens, quando revolve os mares, quando sólta as ventanias, quando desatrela as tempestades, e quando, no meio d'este embate de elementos e d'esta confusão tormentosa, desenha o rosto carregado e os cabellos negros e poentos do Adamastor; é pathetico no episodio de Ignez, imaginoso no sonho de D. Manuel, pittoresco na descripção dos logares, rico na linguagem, eloquente no discurso, florido sempre, loução, bem apposto, com a bizarria do poeta heroico e ao mesmo tempo o donaire e a commmoção de um trovador.

Foi isto que levou um notavel critico, mais de uma vez citado n'esta tentativa de apreciação litteraria, a collocar Camões acima dos vultos de Tasso e de Ariosto [2]. É porque no primeiro, fallemos sem inchação patriotica, se o verso cae repassado de um sentimentalismo enternecedor, se a musica deleita, se o colorido é mavioso, se alguns tractos do poema são e serão o enlevo dos que prezam as boas obras, não ha, comtudo, o traço largo e vigoroso, a unidade soberba com que os genios de eleição agrupam e illuminam as figuras a que dão vida; não ha a synthese das grandes télas, mas o matiz variado de uma perfeita galeria. Em Ariosto, não obstante as faculdades imaginativas que se lhe concedem, não ha mais do que o proseguimento d'esse genero romantico de que Pulci é o primeiro modelo, e que, continuando em Bojardo, parou, com todas as galas da ficção e toda a pureza da fórma, no *Orlando furioso*, n'essa *Odyssea* moderna, tão gentil e tão formosa, mas por isso mesmo tão avessa á compleição robusta da *Iliada*.

Camões não tem predecessor na epopea; a *Italia liberata*, de Trissino, o primeiro poema das linguas neo-romanas, não era fanal em mares desconhecidos, era unicamente um baixio á flor d'agua, onde naufragára um poeta aventureiro. Poderia Camões gisar pelas normas antigas o monumento nacional? Deveria ir cegamente buscar a lança de Achilles para a florear em mãos do mestre de Aviz, ou deitaria o manto de Eneas sobre os hombros de Vasco da Gama? Não! Cumpria-lhe temperar a cythara pela toada d'aquelles em cujos labios as abelhas haviam deixado favos de mel delicioso, mas não devia moldar os seus heroes pela estatura gigante dos semi-deuses.

Foi o que fez; estudou nas obras consagradas pelo applauso dos seculos, recheou o espirito com os elementos indispensaveis para lavor de tamanho folego, orientou-se como piloto que tem de velejar por oceanos aparcellados, e, ao cabo, soltou o rumo, e de pé na sua barca deitou-se a navegar, sublime e intemerato, deixando após si uma larga esteira, que teria de servir de rasto a futuros navegadores.

Que difficuldades, que travancos de lingua não teve, porém, que superar? que tarefa insolita em abastecer e locupletar um idioma escasso e tão cheio de fezes primitivas? que apparelhar de cabos e velame para começar a rota? Antes da missão poetica a missão philologica, antes de arremessar o pensamento introduzir o vocabulo, descobrir a pedra e brunil-a depois, ser mineiro e lapidario, desentranhar as gemmas e engastal-as, melhorar a versificação, corrigir os desenfeites do tempo, acepilhar terreno para os successores, crear novas fórmas de dizer, ensinar as fontes mais limpidas e os mananciaes mais vivos, eis ahi, em segundo logar, a significação de Camões pelo que respeita particularmente á nossa litteratura.

Seja-me permittido n'este ponto negar o meu voto á asserção de um escriptor, cujo talento e saber ninguem mais do que eu admira. Diz elle: «Nenhum bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, se resignaria a assignar como sua uma unica estancia inteira de todos os dez cantos; e se ha um que diga que ousava, que me aponte qual é essa estancia phenix que ao fim de quasi tres seculos está ainda tão lustrosa e juvenil.»

Citei textualmente as palavras do mestre, para com ellas regalar os ouvidos cançados pela minha prosa, e, citando-as, confesso estar radicalmente convencido do contrario. Não digo que a versificação dos *Lusiadas* seja, em muitos logares, isenta de imperfeições; mas o que sei tambem (se porventura tenho ingresso nas cortes de Apollo) é que mais de uma estancia me parece ainda hoje concertada pelo diapasão dos que poetam com escrupulo. Não minudenciarei quaes sejam ellas; tenho que seria improprio de um trabalho, embora humilde, mas que tende a apreciar no todo a importancia litteraria de Camões, apontar aos retalhos uma epopea, e desmembral-a sem piedade para contemplar a estructura de um pollegar ou o annelado de um cabello.

Respeito o juizo de quem tem auctoridade para avental-o, mas persisto na minha idéa, talvez errada, de que a supposta recusa não acharia poeta que a sustentasse, apesar de termos apurado e requintado nimiamente a fórma no decurso d'estes tres seculos.

Camões, como poeta, mede por uma craveira que o absolve de pequenas máculas. Foi para esta familia de soberanos que Horacio decretou indulgencias na sua bulla.

Já assentámos n'um dos capitulos antecedentes que o argumento, o assumpto dos *Lusiadas*, não é só o descobrimento das Indias. Vasco da Gama, como alguem disse, não passa de ser um heroe nominal. O poeta estende-lhe o braço herculeo, acompanha-o nos seus emprehendimentos famosos, esclarece com as centelhas do seu genio as façanhas que sem elle viveriam nas folhas pallidas da chronica; mas ao mesmo tempo evoca a sombra dos *varões assignalados*, congrega-os, levanta-os, anima-os com um sopro de vida, e sobre essas cabeças entorna a frouxo o alvor esplendido do seu genio.

Uma das bellezas que no poema de Camões tem impressionado os criticos de um modo mais estranho, é a belleza descriptiva. Os sabios detem-se maravilhados em frente d'esses paineis da natureza, tão verdadeiros e tão bellos, e não sabem que admirar mais, se o buril que gravou em laminas perpetuas a physionomia altiva dos cavalleiros, se o pincel que debuxou com tão puras côres a configuração da terra, o aspecto de regiões diversas, os costumes dos povos, os phenomenos maritimos, a vegetação luxuriante, as serranias e as costas [1].

Na prosecução d'este estudo teremos mais de uma vez que apreciar o nosso poeta sob o ponto de vista de pintor da natureza. Não será este um dos seus menores elogios.

(Continúa) E. A. VIDAL.

ONAGRO OU JUMENTO SELVAGEM

É o jumento, inquestionavelmente, um dos animaes mais uteis ao homem, mas, por sua mesquinha sorte, é o mais desprezado e mal tratado d'entre todos os animaes que o mesmo homem reduz á escravidão

[1] Schlegel — *Hist. da litt.*, tomo II, pag. 121.
[2] Schlegel — *Cit.*, tomo II, pag. 121 e 122.

[1] Humboldt — *Cosmos*.

para lhes aproveitar os serviços. E todavia, apesar de que se não possa equiparar com o cavallo, era digno, sem dúvida, de melhor destino.

Se não tem a altivez, a audacia, o ardor, a belleza de fórmas, a nobreza, em fim, do cavallo; se não corre com tanta ligeireza e por tão longo tempo, possue, em compensação d'essas brilhantes qualidades, outros dotes não menos preciosos, embora não dêem tanto nas vistas. A sua extremada paciencia, a sua indole bondosa, a sua perseverança no trabalho, a firmeza de seus pés, a resignação com que soffre os maus tratamentos, com que padece as maiores fadigas e com que supporta as mais penosas privações, mereciam, certamente, ser recompensados com mais cuidados e attenções, ou, pelo menos, com melhor tratamento do que geralmente lhe dão.

Se um dia assim viesse a acontecer, se aos desprezos e maus tratos succedessem os desvelos e até carinhos com que o cavallo é criado, ensinado e mantido, veriamos o jumento trocar pouco a pouco o seu aspecto triste e humilde por um caracter alegre e porte mais nobre e altivo.

Em prova d'isto que dizemos, apresentâmos em gravura a cópia fiel do burro em estado selvagem. Compare-se com o seu pobre irmão, nascido escravo, e como escravo tratado até morrer. Vêde como a liberdade deu áquelle fórmas gentis, aspecto mais alegre, porte mais nobre e gracioso! Pois é este o typo da especie d'onde provieram os jumentos que o homem applicou ao seu serviço. Livre no meio das campinas do interior da Asia, ergue a fronte com altivo donaire, curva o pescoço garbosamente, corre com summa agilidade e galhardia; em fim, todos os habitos da vida selvagem, tendendo a robustecer-lhe o corpo, parece que ao mesmo tempo desenvolvem n'elle os dotes da gentileza.



Onagro ou jumento selvagem

No estado, porém, de domesticidade, arrastam uma vida miseravel, condemnados commummente aos mais duros trabalhos, mal alimentados, e principiando nas suas lidas afanosas quasi sempre antes do desenvolvimento de todas as suas forças, os jumentos ficam pequenos; o seu pello, em vez de assente e luzidio, é aspero, levantado e parecido com a lã; as pernas não engrossam quanto é mister para que sejam fortes; a cabeça, demasiadamente grande, inclina-se naturalmente para a terra como que acabrunhada por uma constante fadiga e incrivel tristeza; e as longas orelhas, caídas tambem melancolicamente e sem graça, dão-lhe uma physionomia não só repugnante, mas até ridicula.

São estas as feições geraes dos jumentos que vemos por ahi ao serviço das classes trabalhadoras. Entre os que servem nas cidades ao transporte de passageiros alguns apparecem de melhor aspecto, porque são tratados com mais cuidado. E se algum tem a fortuna de acertar com quem lhe dispensa mais esmerado tratamento, logo a revela na alegria, belleza e bizarria do seu aspecto.

O onagro ou burro selvagem habita nos desertos do interior da Asia, em planicies immensas, desassombradas de arvores, mas cobertas de pastagens. Vive em sociedade, andando em manadas de centenares de individuos, que, como povos nomadas, mudam periodicamente de localidade, passando no inverno para os paizes que ficam para o meio-dia, e de verão para os que demoram ao norte. Indigena, pois, das regiões quentes, e temendo o frio, o onagro, transportado para os paizes frios, tem pouca duração, e a raça que d'elle provier degenera logo na primeira geração.

O onagro é mais corpulento que um garrano. Tem as orelhas curtas, a cabeça proporcionada, os olhos de singular viveza, o pescoço bem lançado, as pernas altas, delgadas mas vigorosas, o pello de um bonito cinzento, com suas listas negras ao longo do espinhaço até á cauda, e transversaes na parte inferior das pernas. O seu porte é muito esbelto.

Menos sujeito a doenças que o cavallo, como acontece a todos os jumentos em geral, o onagro vive de trinta a trinta e tres annos, graças á bondade do clima e á influencia benefica da liberdade.

Os tartaros e os kalmukos apanham e domesticam os onagros, servindo-se d'elles para os trabalhos da lavoira e para cavallaria. Dizem que são excellentes para este ultimo effeito, podendo andar dez kilometros por hora. Depois de domesticados reunem ás boas qualidades já referidas a docilidade e a paciencia para o trabalho e para as privações. Em todos os seus habitos se assimilham então aos jumentos em geral.

I. de Vilhena Barbosa.

RECORDAÇÕES DE VIAGEM

(Vid. pag. 241)

Não sei se a navegação tem pago sufficientemente em beneficios á humanidade as vidas e riquezas sumidas no grande sorvedoiro do Oceano, as organisações deterioradas, as capacidades inutilisadas, os milhares de prejuizos que todos os dias lhe está causando. Não sei se vale a pena arriscar a vida de tanta gente na atrevida lucta com os elementos em beneficio de meia duzia de commodidades, que se tem tornado outras tantas necessidades novas. Ignoro se em boa moral se póde justificar o recrutamento maritimo, que fôrça o pobre sorteado a abdicar as circunstancias em que vivia em terra, para vir amoldar-se a outras inteiramente novas, sem familia em cujo seio repoise no intervallo das lidas, sem o sino da sua parochia que lhe annuncie na morte a prece pelo finado.

O certo é que as circumstancias especiaes em que vive o marinheiro modificam indispensavelmente a sua organisação e a sua indole. Não é impunemente que se transporta um homem da vida povoada para ter o seu mundo no convés de um navio. O ar embalsamado pela vegetação, que os nossos pulmões se costumaram a respirar desde que vimos a luz do dia; a variedade de côres para que a natureza des.mou os nossos orgãos vitaes; o verde, principalmente, de que a natureza se ostenta tão prodiga nos panoramas campestres; as vicissitudes quotidianas da vida social, que dão pasto ao espirito do homem da terra nos momentos de descanço, deixam lacunas irremediaveis na vida do mar. Sem essas e outras galas, de que o Creador revestiu a vida, a existencia torna-se de certo arida e triste. E outra feição se deve ainda juntar a este quadro, talvez a mais importante para afeiar a vida de bordo. É a ausencia da mulher com os seus mil influxos no caracter e viver do homem.

Feliz o homem do mar que deixa na terra da patria a mulher adorada, que elle sabe com certeza o estremece e espera com o alvoroço da anciedade. Para esse, se o momento da partida é duplicadamente angustioso, em compensação, no decurso da viagem a saudade é-lhe companheira constante, reproduzindo-lhe a imagem querida e fazendo lhe avultar jubiloso o dia do regresso.

Mas para o que não tem na terra um coração que bata por elle, a ausencia da mulher, nem sequer reproduzida pelo poder creador da saudade, deve necessariamente ser uma falta de estimulo aos instinctos generosos, e, por conseguinte, um modificador poderoso da indole e do caracter.

Esta soledade lamentavel na vida do marinheiro, e mil outras causas de tedio a que a sua profissão o condemna, fazem a apotheose d'essas creaturas excepcionaes quando as vemos activas e incançaveis na sua ardua labutação, obedecendo prompta e intelligentemente á minima indicação dos superiores, obrando prodigios de valor na lucta com a tempestade, militares intrepidos em presença do inimigo!

Não condemnem o marinheiro, não calumniem o seu caracter, que só póde bem conhecer quem tem vivido com elle por mezes em enfadonha viagem de longo curso; não o tenham por um monstro, que a sociedade deva repellir, se elle, ao voltar de laboriosa estação, n'um dia de licença em terra, perturbado pelos vapores do alcool, commette desatinos que a moral condemna e as leis devem castigar! Lamentemol-o, mas desculpemos-lhe a fragilidade casual.

Vá a bordo estudar o marinheiro quem o quizer conhecer. Modelo de applicação ignorada e mal retribuida, vel-o-heis prompto de um momento para outro a executar um acto de grandeza de caracter, que na sociedade civil seria objecto de apregoada publicidade, e que elle pratica sem dar por isso, tão instinctivo lhe é o impulso do coração, tão rigorosamente lhe corresponde o acto a uma tendencia natural do espirito.

Quando um camarada cae ao mar, é raro o que hesita em correr a salval-o, embora a vaga seja immensa e o navio vá corrido n'um andamento de dez milhas. Póde o que está em perigo ser seu inimigo figadal; podem ter estado momentos antes empenhados n'uma lucta de morte; a promptidão em soccorrel-o não é menor por isso. O marinheiro não se lembra do odio quando o instincto lhe intima um acto de dedicação sobrehumana!

Um dia a bordo de um navio francez, no horror de uma tempestade desfeita, mandou-se ferrar uma vela, que, batendo impetuosamente de encontro ao mastaréo, estava prestes a partil-o; quando os marinheiros tomavam logar na verga para começarem a arriscada manobra, um d'elles, que se dirigia para o logar mais perigoso, para o laes, foi repellido por um companheiro, que, substituindo-o, lhe disse: «sae d'ahi, tu és pae de familias!» Foussagrives, narrando este facto, accrescenta: «concluido aquelle trabalho, o philanthropico marinheiro desceu para a tolda sem saber que acabava de chegar aos limites da grandeza moral!»

Termino aqui esta digressão para te fallar da *calma*. N'um navio de vela é um tormento maior que a tempestade, onde ao menos ha vida, actividade e commoção. Imagina um desgraçado que tem de navegar de Lisboa até á China, e que se vê no Atlantico, entre os tropicos, em calmaria podre, sem avançar um passo sequer na longa senda a percorrer, n'essa estagnação de todas as sensações que não sejam o aborrecimento pela monotonia que o cerca e o insupportavel calor do sol dos tropicos.

Na calma, com a sustação do andamento, ha como que uma paralysia nas faculdades do homem, fazendo-lhe a existencia aborrecida. Eu creio que o *spleen* foi inventado por algum navegador inglez em occasião de calma. Bem fazem os nossos antigos e fieis alliados, que no seu respeito á maxima *time is money*, não podendo navegar em calma, aproveitam o tempo em folganças para se não perder de todo. Amarram o leme, e a navegação passa a ser em *Porto-wine*.

Achei graça a um facto que se deu comnosco, estando em calma no Atlantico por 13° de latitude boreal. Uma barca baleeira estava, como nós, desgovernada; viamol-a no horisonte, ora nos ficava por bombordo, ora por estibordo. Um dia, no meio da tarde, vimos desprender-se d'ella e vir caminhando em direcção a nós um pontosinho negro, que, avultando successivamente mais á medida que se aproximava, reconhecemos ser uma embarcação. Era, com effeito, um escaler da barca que atracou a nós perto da noite. Vinha guarnecido por quatro homens e conduzia o capitão. Depois de nos dizer que era americano e que andava á pesca da baleia, e de se informar de quem eramos, declarou que ia pedir-nos jornaes da Europa. O homem acabára de jantar e ia depois ler os jornaes no meio do Oceano, como em terra iria á um botequim.

Na tripulação do escaler ia um portuguez, filho da ilha Brava, que nos foi grato ouvirmos no meio do Oceano a fallar-nos a linguagem patria. São muitos os nossos compatriotas, filhos principalmente dos Açores, Madeira e Cabo Verde, que andam na guarnição dos navios inglezes e americanos. E uma coisa que nos lisonjeia o orgulho nacional, é que gozam dos creditos de excellentes marinheiros. Em todos os misteres da vida os nossos naturaes se mostram aptos, em todos possuimos compatriotas distinctos, que honram o paiz natal.

(Continúa)

JOÃO DE LACERDA.

VILLA DA LOUZÃ

(Vid. pag. 233)

III

Vimos como o auctor da *Miscellanea* nos contou a fabula do rei Arunce, e como affirmou que d'alli viera o nome ao castello e á povoação primitiva; mas, não nos conformando com esta proposição, como já indicámos, e julgando que seria impossivel averiguar, ainda ao cabo das mais minuciosas indagações e com perda de mui precioso tempo, alguma coisa a este respeito, pelas difficuldades e pelos embaraços com que entre nós se fazem taes estudos, recorremos á benevolencia de um dos nossos mais distinctos antiquarios, o sr. D. Miguel de Sotto Mayor, que tem honrado e illustrado com seus escriptos as paginas do *Archivo Pittoresco*, e a resposta que fez o favor de nos dar publicámol-a em seguida com a expressão do nosso eterno reconhecimento:

«Quanto á pergunta que v. me dirige ácerca da historia antiga da villa da Louzã, sinto realmente não poder subministrar-lhe algumas noticias para a dita historia; mas, nas minhas investigações sobre antiguidades patrias, nada tenho podido descobrir com referencia áquella povoação, cujo unico monumento creio que é o castello, de certo muito antigo, mas á fundação do qual se não póde assignar precisamente uma epocha.

«Creio que v. concordará commigo em que tudo quanto nos conta Miguel Leitão do rei *Arunce* de Collimbriga, do triumviro romano *Estella*, etc., etc., não passa de uma pura fabula.

«Sendo certo, porém, que a villa da Louzã teve primitivamente o nome de *Arunce* ou *Aruccis*, póde d'aqui conjecturar-se que a sua fundação remonta a tempos anteriores á dominação romana na peninsula. Aquelle nome pertence, por certo, á nomenclatura chorographica da Lusitania celto-romana. Ao sul do Tejo encontrámos nós duas povoações denominadas *Aruccis*: a primeira *Aruccis vetus*, onde hoje é Aroche; a segunda *Aruccis nova*, no local da actual villa de Moura.

«É até muito verosimil que as tres Aruccis (isto é, a da Beira e as duas do Alemtejo) fossem fundadas primitivamente pela mesma tribu celtibera dos turdulos antigos, que, segundo se infere do que diz Plinio, estanciaram primeiro no territorio circumscripto pelo Oceano, pelo Tejo e pelo Douro, e d'alli se ramificaram em seguida para além d'aquelle rio.

«A isto (e é realmente bem pouco) se limita o que sei dizer a v. sobre o objecto da sua carta. Não concluirei, comtudo, sem agradecer-lhe o conceito em que tem os meus conhecimentos archeologicos, que infelizmente são muito escassos, posto que me sobejem desejos de averiguar e de saber alguma coisa em tão interessante ramo dos estudos historicos.»

Tambem consultámos o sr. Vilhena Barbosa, mas o nosso amigo disse-nos que, além dos livros já citados, que muito bem conhecia, nunca lhe viera, nas suas investigações historicas e archeologicas, á *talho de foice*, segundo a phrase vulgar, documento algum que podesse esclarecer-nos e elucidar este ponto. Entretanto, em carta que acabámos de receber do Porto, accrescenta o sr. Vilhena Barbosa o seguinte:

«Não tenho, com effeito, conhecimento de documento ou memoria alguma authentica que declare o nome do fundador do castello da Louzã, ou, pelo menos, a epocha em que foi construido. Todavia, dizendo o padre Carvalho na sua *Chorographia*, e D. Raphael Bluteau no seu *Vocabulario*, que o castello da Louzã fôra edificado pelo conde D. Sisnando, pelos annos de 1080, entendo que se deve consignar esta opinião. Que o castello é anterior á monarchia, parece fóra de toda a dúvida; por conseguinte, não havendo além d'aquella, que eu saiba, outra indicação da sua origem, e tendo sido o conde D. Sisnando governador de Coimbra e de um grande districto de que esta cidade era capital, em nome de Fernando, o Magno, rei de Castella e Leão, na epocha acima mencionada, não ha fundamento para que se exclua ou despreze aquella opinião. Até se me afigura que esta tem a seu favor algumas probabilidades, taes como saber-se que o conde D. Sisnando, durante o seu governo, cuidou desveladamente dos meios de pôr Coimbra em estado de se defender contra as aggressões dos moiros, que mostravam decidido empenho em a senhorearem de novo; e que o dito conde, n'este seu proposito, fundára varios castellos no seu districto, em terras mais ou menos proximas de Coimbra, com o fim, se não de embargar o passo ao inimigo, pois que essas fortalezas eram, como a da Louzã, mui pequenas, pelo menos de lhe demorar a sua marcha sobre a capital, para que esta tivesse aviso do perigo e se precavesse contra o inimigo. Algumas d'essas fortalezas não eram mais, por assim dizer, que atalayas; mas atalayas dispostas de maneira que, podendo resistir ás simples correrias dos sarracenos, servissem para dar signal e rebate na occasião das grandes invasões. Parece-me que o castello da Louzã se achava n'este caso.

«A respeito do nome da povoação que existiu junto do castello, deve accrescentar-se aos de *Arunce* e *Aruccis* o de *Arunca*. Não posso lembrar-me em que auctor ou auctores encontrei essa povoação assim denominada... O *Diccionario geographico* do padre Cardoso, tratando do rio que passa junto da Louzã, chama-lhe *Arunca*.

«A *Chorographia* do padre Carvalho diz que a capella de S. Pelayo está, ou estava, situada dentro do castello da Louzã, e accrescenta: «a qual fundaram os romanos». Quer dizer n'isto, que fôra templo romano, e não que elles edificassem uma capella a S. Pelayo. Não sei que probabilidade haja n'esta opinião. Entretanto, recordo-me de ter já lido ha muito tempo, em livro antigo, cujo titulo não me occorre n'este momento á memoria, que anteriormente á fundação do castello existia uma ara gentilica sobre o serro em que a fortaleza foi construida mais tarde. Quem sabe se alli existiria, com effeito, uma ara celtica, d'onde proviesse o nome á povoação, ao castello e ao rio?

«Se se achassem argumentos para comprovar esta hypothese, poder-se-hiá talvez tirar d'ella como corollario, que a povoação visinha do castello seria de fundação romana, e não celtica, porque parece que os celtas construiram os seus monumentos religiosos em maior distancia dos logares em que residiam.»

Apesar de tudo, deve-se considerar assentado, que a origem do castello de Arouce e da respectiva povoação tem sido até hoje desconhecida e se perde na escuridão de seculos mui remotos.

A tradição ainda falla de um livro de versos encontrado no castello [1], quando foi tomado aos moiros, em cujas paginas ensanguentadas e truncadas mal se comprehendia uma especie de narrativa da destruição da Hespanha, por causa de uma nova invasão dos musulmanos; mas, concordando alguns escriptores em que esses versos podem acaso marcar os primeiros passos da poesia nacional, e servirem tão sómente para a historia litteraria d'este paiz, nenhum, todavia, é conforme na epocha em que tal achada se verificou, nem quem fosse seu auctor [2], do que se infere que este ponto é do mesmo modo escuro, e ainda ficará para decidir-se em futuras e mais afortunadas investigações [3].

1 *Miscellanea*, pag. 455. — *Viagem á serra da Louzã*, pelo sr. dr. Forjaz.

2 *Loc. cit.*

3 Costa e Silva, no *Ensaio biographico critico* (tomo I, cap. III, pag. 32) diz: «Sem embargo do grande cultivo dado á poesia antes e depois

Mas a noticia tradicional concernente ao castello de Arouce, que mais nos encantou, e no que realmente estamos de accordo com os auctores a quem seguimos, é, sem dúvida, a dos amores de Egas Moniz Coelho [1] com Violante, dama da rainha D. Mafalda.

Enlevada a mulher de D. Affonso Henriques com a poetica situação do castello, e com a amenidade e formosura dos campos de Arouce, que deviam de ser por então *outra Cintra dos nossos reis*, segundo a phrase de Miguel Leitão, com vantagem a Aranjuez, logar de desafogo e descanço dos reis de Castella; enlevada, dizemos, de tal sitio, para alli se ia da corte de Coimbra com as damas e cavalleiros de seu serviço, e alli foi que Egas Moniz se enamorou de D. Violante, donzella que por sua gentileza e por seus dotes podia bem inspirar os trovadores do tempo. Entre esses figurou e se avantajou Egas Moniz, tão afamado como o seu contemporaneo Gonçalo Hermingues.

Não diz a tradição se D. Violante prometteu corresponder ao galanteador cavalleiro com amor egual ao que elle revelou nas coplas que se lhe attribuem [2]; mas ficou memoria de que a gentil dama veiu a desprezar por tal modo a violentissima paixão de Egas Moniz, que, apesar de quaesquer considerações ou conveniencias, deu a mão de esposa a um hespanhol que estava na corte portugueza, e se partiu com elle para Castella.

Mal se ajustava, porém, a perfidia da nobre donzella com os elevados sentimentos do trovador. Para Egas Moniz foi tão profundo o golpe, que, desde então, não houve folguedos cortezãos nem triumphos marciaes que lhe fizessem assomar o riso aos labios. A infidelidade ralava-o e a paixão consumia-o. Em breve espaço de tempo se lhe exhalou a alma.

As angustias do mavioso trovador chegaram a final ao conhecimento de D. Violante, que se conservava em Castella junto de um marido a quem já de certo não amaria, mas o arrependimento foi tardio e subsequentemente cruel. Consta, pois, que tomada, desde esse momento, da mais acerba melancolia, cortou por suas mãos o fio da existencia, envenenando-se.

(Continúa) BRITO ARANHA.

da monarchia, esta epocha offerece ao historiador tantas difficuldades, que é quasi impossivel poder apresentar uma conta clara e exacta d'ella. Houve, na verdade, grande numero de poetas, mas as suas obras tem desapparecido; e as que se conservam apenas se encontram espalhadas e em fragmentos, por diversos livros, como a *Monarchia lusitana*, a *Chronica de Cister*, de fr. Bernardo de Brito, e a *Europa portugueza*, de Manuel de Faria e Sousa.»

1 Primo do grande Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques.

2 Estas coplas são conhecidas e tem importancia para a nossa historia litteraria. Foram reproduzidas em fórma de cartas, endereçadas por Egas Moniz á sua formosa amante (Vid. *Miscellanea*, *Ensaio biographico critico*, *Viagem á serra da Louzã*, *Essais statistiques du Portugal*, etc., já citados), e diz Miguel Leitão que tambem se acharam no castello de Arouce.

A primeira carta, figurando ser escripta quando o nobre cavalleiro tem de separar-se de Violante, para ir a Coimbra, principia assim:

Ficarédes bos embora
Taom coitada
Que ei boime por hi fora
De longada.

A segunda carta, quando já sabe da perfidia da amante ao voltar de Coimbra, começa d'este modo:

Bem satisfeita ficades
Corpo doiro,
Alegrade a quem amades,
Que ei ja moiro.

Sem querermos de fórma alguma discutir agora a fabula dos apaixonados amores de Egas Moniz, devemos todavia dizer, em honra da verdade, que, comparando estas coplas com as que se conhecem de poeta contemporaneo, não podem attribuir-se ao amante de D. Violante sem negar a historia ou sem aproximar duas epochas distantes, o que é impossivel. N'este ponto tambem nos conformâmos com a opinião do auctor do *Ensaio biographico critico*. Diz-nos elle:

«As coplas de Egas Moniz, que deixámos citadas, e outras que existem, são, na verdade, elegantes e harmoniosas; mas serão ellas authenticas? afoitamente respondo que não; e basta confrontal-as com as de Gonçalo Hermingues para se conhecer o bem fundado de minha dúvida. É fóra de toda a probabilidade que dois homens, vivendo no mesmo seculo e na mesma corte, escrevam em linguagem tão differente, que uma se não entenda sem grande trabalho e estudo particular, e que a outra seja clara e perceptivel mesmo para as pessoas menos entendidas.

«A mudança e aperfeiçoamento ou deterioração das linguas, é sempre lenta e gradual, e nunca de saltò; é o trabalho do mineiro, que avança vagaroso e sem ser visto. Entre a lingua de Hermingues e de Egas Moniz ha, pelo menos, seculo e meio de intervallo.»

NAPOLEÃO I E UM HOMEM DE LETRAS

Roquefort, philologo e antiquario francez, nasceu em Mons (Belgica) a 15 de outubro de 1777, e falleceu na Guadeloupe a 17 de junho de 1834.

Diversos trabalhos de philologia e de antiguidades lhe deram nome na republica das letras, e entre elles o *Glossaire de la langue romane*, e o *Essai sur la poésie française au douzième et au treizième siècle* (que mereceu ser premiado pela academia das inscripções).

O que a Roquefort succedeu com o imperador Napoleão I, a proposito do *Glossaire de la langue romane*, é unicamente o traço da sua biographia que eu pretendo apresentar.

O *Glossario* completava o trabalho de Sainte-Pelaye, e apresentava, de um modo mais substancial e commodo, a etymologia e a significação das palavras em uso na França do seculo undecimo até ao decimo setimo. Sendo assim o *Glossario* uma obra eminentemente nacional, esperava Roquefort que o governo a acolheria com reconhecimento, e daria ao auctor uma tal ou qual recompensa. Sob a influencia d'esta muito natural esperança, em sendo admittido na academia celtica (17 de abril de 1809), solicitou e obteve a honra de apresentar pessoalmente ao imperador a sua obra. Napoleão leu o titulo, e disse:

— Lingua romana! Que vem a ser isto?

— Senhor! é a lingua que fallavam os nossos antepassados.

— Ah! dedicastes este livro a meu irmão José?

— Sim, senhor!

— Bem está... Como vos chamaes?

— Roquefort.

— Que sois?

— Homem de letras.

— Nada mais do que isso?

E o imperador Napoleão I lhe virou as costas, indifferente ou desdenhoso!

Este dialogo vem referido na *Nouvelle biographie générale*, tomo XLII, pag. 614, d'onde o traslado em linguagem com a maior fidelidade. Ahi mesmo se diz que Roquefort não alcançou recompensa alguma, e que esse triste desengano contribuiu em grande parte para o fazer voltar aos habitos de embriaguez e devassidão, que annos antes contrahíra no trato com artistas de condição infima.

Em presença d'isto, é licito conjecturar que Roquefort teria seguido bem diverso rumo, se Napoleão I, em vez de o acolher com desdem e menoscabo, houvesse dito uma palavra cortez e amorosa, e dado uma tal ou qual recompensa ao auctor do *Glossario*, depois de fazer examinar a obra.

Deploravel é a condição dos soberanos que se deixam dominar do orgulho, e que, *enfatuados*, imaginam girar em uma esphera muito mais elevada do que a da restante humanidade! A Napoleão I coube esta desdita nos dias em que o seu poder chegou ao maior auge. Da altura a que subiu lançava um olhar, como que de desprezo, sobre as creaturas humanas, julgando-as talvez infinitamente inferiores á sua entidade privilegiada!

A sobranceria e rudeza com que Napoleão I tratou por vezes as pessoas com quem fallava, alheou-lhe alguns corações. O orgulho, exaggerado ainda em presença do extraordinario genio, fez esquecer ao grande homem — que só a doçura attrahe e captiva.

Muitas foram as occasiões em que se excedeu, a ponto de communicar uma particula de plausibilidade ao despeitoso dito de Talleyrand: *Quel dommage qu'un si grand homme soit si mal élevé!*

Oh! se *a pontualidade é a cortezia dos reis*, as maneiras affaveis e o respeito para com a dignidade humana dão grande realce á sua elevação social.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.